

Brasília, 28 de Novembro de 2019



Governo paulista deve enviar até amanhã projeto para mudar carreira de professor

Contrário às mudanças para docentes e à reforma da Previdência, sindicato dos professores anunciou greve

Por Hugo Passarelli — De São Paulo

O projeto para a mudança na carreira dos professores paulistas deve ser enviado até o fim desta semana à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), informou ontem ao Valor o secretário-executivo de Educação, Haroldo Rocha. "Gostaríamos de já ter mandado, mas está na avaliação jurídica final, é uma mudança complexa", disse.

Anteontem, a Apeoesp, sindicato dos professores estaduais, convocou paralisação para o dia 3 de dezembro, elencando como motivos a proposta para a carreira docente, apresentada no dia 12 pelo governador João Doria (PSDB), e a reforma da Previdência do Estado de São Paulo.

Na avaliação de Rocha, a reação do sindicato está mais relacionada às mudanças nas aposentadorias do que por um ruído na nova carreira docente. "São Paulo está fazendo na Previdência nada menos do que está previsto na lei federal, é praticamente uma cópia", afirmou Rocha.

A proposta com mudanças nas aposentadorias paulistas institui, assim como no texto sancionado para os servidores da União, idade mínima de 62 anos para a mulher se aposentar e de 65 anos para homens e tempo mínimo de contribuição de 25 anos. Deve aumentar também a contribuição previdenciária, de 11% para 14%.

Entre as alterações previstas pelo governo na carreira docente, está a elevação do piso salarial, hoje em R\$ 2.585, para R\$ 3,5 mil em 2020 e R\$ 4 mil em 2022.

"Não pode o interesse corporativo de uma categoria interromper o atendimento no fim do ano em que as crianças estão consolidando o conhecimento", completou o secretário-executivo.

Os reajustes seriam substituídos por subsídios, o que deve impedir o acréscimo de gratificações e adicionais. O número de níveis (ou cargos) na carreira também deve cair de 62 para 15, medida defendida por Rocha para trazer simplificação.

"O salário do professor no Estado de São Paulo de entrada é muito ruim, então tem de torná-lo competitivo. Mas não temos dinheiro para dar um reajuste geral da carreira, então o foco é melhorar a entrada e redesenhar a carreira para frente", disse.

Segundo Rocha, no entanto, nem toda a carreira será alterada neste momento. "Na lei, muitas coisas são remetidas para uma regulamentação posterior. Por exemplo: tem uma grande novidade, a ser implementada na sequência, que são os critérios de avanço na carreira", afirmou.

Sem detalhar como será esse modelo, ele disse que a ideia é acompanhar os professores em suas atividades. "Não quero que o professor progrida por tempo ou 'provinha'. Queremos um professor engajado", afirmou.

O objetivo, segundo ele, é identificar as lacunas dos docentes para tentar saná-las de forma menos genérica, com cursos personalizados escola a escola e por cada área de conhecimento. "Os professores de matemática não precisam receber a mesma formação do que os de outra área."

Rocha destaca que essas alterações visam a atingir a meta colocada por Doria de colocar o Estado na liderança do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2021, cujo resultado será conhecido em 2022, durante a campanha presidencial.

PUC-Rio lança endowment e quer doações de ex-alunos

Objetivo é chegar a R\$ 160 milhões ao final do quinto ano

Por Juliana Schincariol — Do Rio

A PUC-Rio, uma das principais instituições de ensino superior do país, se prepara para lançar seu endowment, o primeiro fundo patrimonial de uma universidade brasileira. A instituição tem entre os ex-alunos nomes como o expresidente do Banco Central, Arminio Fraga, e o ex-ministro da Fazenda, Pedro Malan, que farão parte do conselho de administração do fundo. As doações serão destinadas ao financiamento de bolsas de estudo, pesquisas científicas e novos cursos.

Os fundos de endowments são estruturas financeiras criadas por instituições de diversas naturezas normalmente educacionais ou culturais - para direcionar doações e dar sustentabilidade de longo prazo a organizações sem fins lucrativos. Em geral, possuem a obrigação de preservar perpetuamente o valor doado, utilizando apenas seus rendimentos para a manutenção da organização, garantindo assim a sua perenidade.

Na PUC-Rio, o objetivo é arrecadar R\$ 10 milhões nos primeiros 12 meses e chegar a R\$ 160 milhões ao final do quinto ano.



Carlos Augusto Siqueira já frente à dir.) e integrantes do endosment da PUC-Rio — Poto: Leo Pinheiro-Valor

As cifras ainda são pequenas perto das principais universidades americanas, que possuem fundos patrimoniais há muitos anos. Os endowments de todas as instituições nos Estados Unidos somam quase US\$ 600 bilhões, segundo dados do Departamento de Educação americano. Entre os mais conhecidos estão os de Harvard, que administra mais de US\$ 37 bilhões, Yale (US\$ 27,2 bilhões) e Stanford (US\$ 24,8 bilhões). Na cena cultural, os mais importantes museus do mundo, como o Louvre, em Paris, e o Metropolitan Museum of Art, em Nova York,

também arrecadam recursos para fundos patrimoniais.

O fundo patrimonial da PUC-Rio está amparado na lei 13.800, que regulamentou os fundos patrimoniais e reconheceu no Brasil o conceito de endowment. A lei foi editada em janeiro deste ano. O assunto ganhou urgência após o incêndio do Museu Nacional, no Rio, em 2018. Antes da lei, outras instituições de ensino superior no Brasil tinham estruturado endowments, mas sempre focados em cursos específicos ou departamentos - e não em uma





universidade. É o caso do curso de direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP).

Apesar de trazer maior segurança jurídica para instituições interessadas em montar seus fundos patrimoniais, a lei não ofereceu isenção fiscal para as doações como era esperado, algo comum no exterior. A questão, no entanto, não vai afastar as pessoas que querem doar, de acordo com o advogado Carlos Augusto Siqueira, sócio do Cescon Barrieu e que será presidente do conselho de administração do endowment da PUC-Rio. Ele diz que a geração Y, por exemplo, tem como uma de suas principais características buscar um propósito e, portanto, tem interesse em doar. "O endowment não é só algo financeiro. É uma questão de aculturação", afirma.

O fundo patrimonial da PUC-Rio conta com um conselho de administração experiente. Ao lado de Armínio Fraga e de Pedro Malanalém do próprio Siqueira, na presidência - estarão o fundador da gestora SPX, Rogério Xavier, o expresidente da CVM Marcelo Trindade e o sócio da gestora Leblon Equities, Marcelo Mesquita. Todos são exalunos da graduação da PUC-Rio, uma das condições para que sejam eleitos. No total serão 17 conselheiros, sendo dois indicados pela PUC e 15 eleitos. A cada ano,

cinco serão renovados. Assim, o primeiro grupo foi formado com mandatos escaláveis, de dois, três e quatro anos.

"No Brasil, faltava uma lei que amparasse a entidade jurídica para suportar esse tipo de investimento. A PUC saiu na vanguarda estruturando seu próprio estatuto e regulamento. Vamos atuar como gestores do fundo", disse Rogério Pessoa, sócio responsável pela área de wealth management do BTG Pactual. Carioca, Pessoa é economista formado pela PUC-Rio e também será um dos 17 integrantes do conselho do endowment. A política de investimentos será conversadora, explica. O foco serão títulos do Tesouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas em inflação ou na taxa básica de juros (Selic).

A PUC hoje tem 11 mil alunos e 6 mil são bolsistas, segundo o vicereitor de desenvolvimento da universidade, Sérgio Bruni. De acordo com ele, a PUC ainda é a única instituição privada da zona sul da cidade que oferece cursos de licenciatura, como história, letras ou matemática. "Praticamente todos são bolsistas", afirma. Inicialmente, o foco do destino dos recursos será em bolsas, mas o doador pode escolher para onde a doação será encaminhada, como novos prédios ou pesquisa científica.

Fundada há quase 80 anos, a construção da PUC-Rio teve como pilar doações de importantes famílias do Rio de Janeiro e do governo americano, quando não se cogitava a criação de um endowment. À época, o presidente americano John F. Kennedy criou, em 1961, a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, com ênfase em atividades desenvolvimento econômico e social de longo alcance, especialmente nas áreas de educação e saúde.

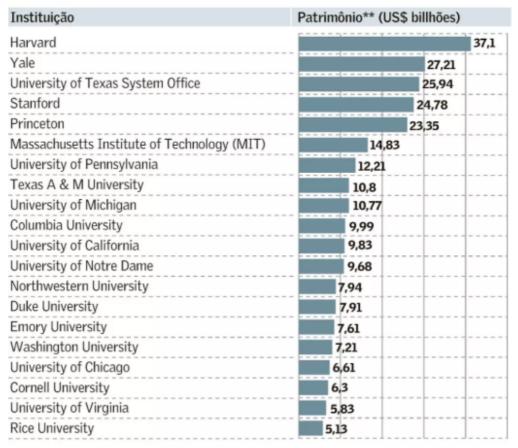
Agora, o trabalho é reunir os exalunos e incentivá-los a doar. A missão foi dada à Associação dos Antigos Alunos da PUC-Rio, que será o veículo vinculado ao endowment. Por força da lei, é necessário um CNPJ diferente da universidade. Aassociação de alunos terá que catalogar essas pessoas e tentar atraí-las. Para isso, contratou a Graduway, plataforma que opera em 40 países e atende universidades como a de Los Angeles e a de Oxford, na Inglaterra.

A intenção é criar uma rede social para integrar digitalmente a comunidade. "Há muitos ex-alunos em cargos de liderança, caso do presidente da ArcellorMittal Brasil, Benjamin Baptista Filho", exemplifica Ricardo Lagares, presidente da associação.



Fundos de universidades nos EUA

Os 20 maiores somam mais de US\$ 250 bilhões*



Fonte: Departamento de Educação dos EUA, Centro Nacional para Estatísticas de Educação

Crivella quer equiparar agente de educação a professor

Projeto enviado à Câmara prevê aumentos salariais que, a partir de 2021, terão impacto de R\$ 36 milhões por ano nas despesas

Em mais uma iniciativa que gera gastos, o prefeito Marcelo Crivella tenta aprovar, na Câmara Municipal, um projeto que aumenta os vencimentos de 5,5 mil agentes de educação infantil. A ideia é que os salários deles sejam equiparados aos de professores. Mas esses servidores foram admitidos por concurso que exigia apenas nível fundamental de escolaridade. Se for aprovada, a medida, que estará completamente implementada em 2021, vai representar despesa extra de R\$ 36 milhões ao ano para os cofres municipais.

A polêmica em torno do tema não é de hoje. Chamados originalmente de auxiliares de creches, esses servidores, na prática, sempre trabalharam como professores em salas de aula. A categoria foi criada em 2005 por uma lei de iniciativa do ex-prefeito Cesar Maia. No entanto, em fevereiro de 2017, entrou em vigor a Lei Federal 13.415 que alterou regras da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Entre outras coisas, a legislação estabeleceu que só professores com formação mínima de curso normal (ensino médio) podem atuar na educação infantil e nos primeiros cinco anos da educação fundamental. Desde então, o Ministério Público passou a questionar na Justiça a permanência dos agentes na função, embora muitos ainda a exerçam atualmente.

O projeto de Crivella permitirá que os agentes de educação infantil da ativa e aposentados tenham seus salários nivelados aos menores valores pagos hoje aos professores com a formação exigida por lei. No texto enviado ao Legislativo carioca, o município não estima os custos financeiros da mudança. A pedido do GLOBO, fontes que participaram da redação do projeto preveem que, no ano que vem, as despesas aumentam em R\$ 14,5 milhões. O valor sobe para R\$ 36 milhões no ano seguinte, quando a prefeitura já terá um novo governo. Os cálculos foram feitos não só com base nos gastos com os salários e férias, mas também na previsão de aumento da contribuição previdenciária patronal para o Fundo de Previdência do Município (Funprevi). Hoje, os agentes ganham R\$ 2.363,59, e os professores, R\$ 2,655,95. A prefeitura foi

questionada sobre os cálculos, mas não se pronunciou.

A discussão sobre as mudanças salarias da categoria se arrasta desde dezembro de 2017. Na época, a prefeitura elaborou um projeto, enviado à Câmara, para que os agentes pudessem incorporar gratificações aos salários. Foi esse mesmo projeto que ganhou, recentemente, um substitutivo propondo a equiparação aos professores.

O projeto ainda não tem data para ser votado. Em pronunciamento ao vivo em redes sociais, Crivella e a secretária municipal de Educação, Telma Romero Suane, disseram que vão conversar sobre a questão com o Ministério Público para tentar atender a uma outra demanda dos servidores que querem ser reconhecidos como professores.

—O projeto não contempla a adequação da escolaridade. E é isso que a categoria vem pedindo — afirmou Telma.

"O projeto não contempla a adequação da escolaridade. E é isso que a categoria vem pedindo"

Telma Romero Suane, secretária municipal de Educação

Maioria dos fundos não tem recursos de sobra

Os R\$ 220 bilhões estimados pelo governo estão concentrados em 45 dos 248 que podem ser extintos. Equipe econômica quer usar o dinheiro para abater juros da dívida. PEC pode ser votada na CCJ do Senado ainda este ano

MARCELLO CORRÊA, MANOEL VENTURA E PEDRO CAPETTI

economia@oglobo.com.br BRASÍLIA E RIO

Dos 248 fundos que o governo quer extinguir por me iode uma proposta enviada ao Congresso para liberar R\$ 220 bilhões, ao menos 200 não têm recursos acumulados e 165 foram instituídos antes da Constituição de 1988. Os dados são parte de um levantamento do Ministério da Economia obtido pelo GLOBO.

A extinção de fundos públicos está em uma das três propostas de emendas à Constituição (PEC) enviadas ao Congresso em novembro. O parecer do relator, senador Otto Alencar (PSD-BA), já está pronto e será lido na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na semana que vem. A senadora Simone Tebet (MDB-MS), presidente da CC J, diz que a expectativa évotares tea no para que o texto vá ao plenário até fevereiro.

A equipe econômica quer faze rum afaxina nesse arcabouço jurídico, reduzira rigidez no Orçamento e ainda usara sobra de dinheiro de parte desses fundos para abater juros da dívida pública. O texto prevê que todos os fundos criados por lei ficarão

sob análise do Congresso por até dois anos. Se não forem ratificados pelo Legislativo, serão extintos.

O governo estima que hoje esses fundos acumulem R\$ 220 bilhões em superávit financeiro — ou seja, dinheiro sem uso. Todo esse valor está em 45 fundos, sendo que 85% do total estão nos dez majores

RISCO PARA PROJETOS

O dispositivo da PEC que libera os recursos parados dos fundos não atrela essa desvinculação à exclusão dos fundos. Assim, todos os fundos públicos entrariam nessa conta, mesmo que sejam preservados da extinção pelo Congresso. Dessa forma, o governo garantiria os recursos imediatamente, caso a PEC seja aprovada.

A lista divulgada pelo governo inclui até fundos do início do século passado. O mais antigo é o Fundo de Amortização dos Empréstimos Internos, instituído em 1902 pelo presidente Campos Salles.

A PEC afetará também fundos cuja extinção já preocupa especialistas ligados às áreas que financiam. Na mira estão, por exemplo, o Fundo Nacional da Aviação Civil (FNAC) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Ex-presidente da Finep, empresa pública de fomento à ciência, o pesquisador da UFRJ Wanderley de Souza diz que o fim do FNDCT pode implicar na falta de recursos para projetos científicos:

— Temos um conjunto de obras e laboratórios construídos com o

dinheiro desse fundo. Isso significa que não vamos ampliar e nem sequer fazer a manutenção de setores e equipamentos. A tendência é acumular coisas quebradas. É o momento mais crítico da ciência brasileira. Sem o fundo, a ciência acaba.

Especialista do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), Alessandro Oliveira aponta para oris coda extinção do FNAC, que financia investimentos em aeroportos regionais, por exemplo:

—Isso talvez induza à busca de parcerias público-privadas, mas é difícil que se consiga uma cobertura interessante (na aviação regional) só com recursos privados.

Na avaliação de Camillo Bassi, pesquisador do Ipea, a medida deveria analisar quais são os fundos que financiam projetos atualmente, sob risco de prejudicar investimentos em curso:

—Se a política pública é relevante, é estapafúrdio (acabar). Mas se esse fundo caiu em desuso, tem sobra de caixa, permitir a flexibilização é o caminho mais adequado. Só criar fundo não resolve determinada política pública

Em nota, o Ministério da Economia nega que a extinção de fundos prejudicaria setores. Segundo a pasta, o objetivo da PEC é dar mais flexibilidade ao Orçamento. "Cabe ressaltar ainda que as políticas públicas hoje existentes não irão ser descontinuadas e serão financiadas de forma mais flexível, o que irá otimizar a gestão orçamentária e financeira do governo federal", diz o texto.





OS PRINCIPAIS FUNDOS NA MIRA DO GOVERNO







Fundo de Garantia à Exportação (FGE)

Com superávit de mais de R\$ 26 bilhões, é usado no financiamento de vendas de empresas ao exterior por instituições como o BNDES. Pode acabar, com o plano do governo de reduzir esse tipo de apoio.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)

Com R\$ 17,2 bilhões em recursos parados, foi criado em 1969 para financiar projetos de pesquisa e inovação no país. É administrado pela Finep.

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Com superávit de R\$ 46,5 bilhões, banca benefícios como seguro-desemprego. Seria o de maior impacto para o governo, mas foi excluído da lista porque tem vinculação constitucional.

O poder multiplicador das políticas para conectar pais e filhos

ELISA MARTINS elisa.martins@oglobo.com.br SÃO PAULO

Crianças vivem uma explosão de desenvolvimento até os seis anos de idade. É o auge da atividade cerebral, com um milhão de conexões por segundo e potencial gigantesco para o aprendizado. Além de essa fase ser crucial no crescimento de meninas e meninos, o investimento na chamada primeira infância é, também, uma missão de empresas.

São elas, afinal, as responsáveis por criar um bom ambiente de trabalho para mães e pais em seus quadros — e, assim, ajudar a transformar a sociedade. No dia a dia, é uma preocupação que se revela positiva não apenas para funcionários e sociedade em geral, mas também para as próprias empresas, que se tornam mais atraentes na hora de recrutar talentos e têm a reputação elevada no mercado.

O tema guiou o evento "Empresas pela primeira infância", realizado ontem no Rooftop 5, em São Paulo. A iniciativa foi do GLOBO e da revista Crescer, com apoio da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal e parceria da Globo e da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-Brasil).

Divididos em duas rodadas de conversa, especialistas e diretores de RH discutiram a importância da atenção às crianças até os seis anos e da elaboração de políticas e medidas práticas direcionadas a elas.

O universo das crianças foi

abordado no painel "Primeira infância e o cidadão do amanhã", que mostrou como as oportunidades e experiências no início da vida impactam o futuro delas. Participaram dessa conversa o psicólogo Alexandre Coimbra Amaral, o pediatra Daniel Becker e a diretora de Comunicação da Fundação, Paula Perim. A mediação foi de Daniela Tófoli, diretora editorial da Crescer.

Já no segundo painel, "Desafios, iniciativas e boas práticas", executivos compartilharam experiências adotadas em suas companhias com o foco em mães e pais. Foram eles: Veronika Falconer, diretora executiva de RH da Takeda; Flávia Caroni, diretora de RH da Whirlpool; e Guilherme Rhinow, diretor de RH da Johnson & Johnson. A conversa foi mediada por Maria Fernanda Delmas, editora executiva do GLOBO.

A CEO da Fundação Maria Cecilia Souto Vidigal, Mariana Luz, fez um chamado a uma participação mais ativa das empresas nessa causa. O apelo foi reforçado pela diretora de Responsabilidade Social da Globo, Beatriz Azeredo, que lembrou que a primeira infância foi o tema escolhido para o "Caderno Globo", publicação lançada no início do mês. Já o diretor da ABRH-Brasil, Paulo Sardinha, anunciou que a associação vai incluir na pauta de ação a promoção do desenvolvimento da primeira infância. A apresentação do evento foi da jornalista Petria Chaves, da CBN.

A seguir, os principais pontos do encontro:

O mito do 'tempo de qualidade' Usado para diminuir a culpa dos pais no (pouco) tempo que passam com os filhos, o chamado tempo de qualidade "é uma falácia", acredita o psicólogo Alexandre Coimbra Amaral. Ele citou uma pesquisa feita na Europa após a Segunda Guerra que estudou os efeitos da privação materna no desenvolvimento de bebês que ficaram órfãos. A conclusão foi que duas questões precisam ser construídas na relação com a primeira infância: quantidade, ou seja, a disponibilidade mostrada à criança, e a qualidade, essencial para criar intimidade.

— Os bebês se conectam com nosso esforço. Na hora em que paramos para acalmar aquela cólica desesperadora, e que atire a primeira placenta quem nunca viveu isso, os bebês se conectam com essa tentativa. Não com o sentido de eficácia, que nos persegue, mas com a disponibilidade de estar ao lado — diz Amaral.

Ele lembrou o psicólogo Andrew Solomon, que afirmou que maternidade e paternidade são o encontro com um "estranho íntimo":

— Esquecemos a importância da conexão com as crianças. Elas continuam nosso processo de desenvolvimento e recuperam o pedaço da nossa alma carcomido pela velocidade da vida.

Parentalidade distraída

Nessa pouca disponibilidade de tempo, o celular também pode ser vilão. A "hipnose" das telas (pelos adultos) virou alvo de estudo entre especialistas, que chamam o fenômeno de "parentalidade distraída"





— Somos sugados para dentro desses aparelhinhos. Achamos que estamos interagindo com a criança, quando estamos em outro lugar — diz o pediatra Daniel Becker.

Segundo ele, as distrações nessas interações causam efeitos no desenvolvimento na primeira infância:

— Estudos já mostram crianças com baixa qualidade de vínculo, problemas comportamentais e de autoestima. Os pais mal conseguem perceber a presença da criança.

'Pré-distribuição de renda'

Para além da relação entre pais e filhos, "investir na primeira infância é a forma mais eficaz de reduzir a desigualdade social", diz Becker. É uma "pré-distribuição de renda".

—Traz resultados para indivíduos e sociedade em capacidade de aprendizado, empregabilidade, produtividade, bem-estar físico e mental, de capacidade como cidadão. E ,quanto antes, melhores os resultados.

A atenção, acrescenta o pediatra, evita ter que redistribuir renda, fazer Bolsa Família, construir prisões ou gastar com tratamentos de doenças crônicas.

Estresse tóxico

Outro problema é a violência, muitas vezes subestimada no efeito sobre crianças.

— Não pode ser normal uma criança deixar de ir à escola por causa de tiroteio — explica Becker.

Além de medo, desigualdade e alijamento dos pais, contribuem para o estresse de crianças a hiperconexão, a privação de boa alimentação e a "adultização" precoce. Os números de crianças pensando em suicídio também preocupam.

—A ideia de felicidade e saúde de uma criança ainda é associada a brincar na natureza. São as essências do bem-estar da criança e que podem levá-la a ser um adulto feliz e menos deprimido —diz Becker.

Olhar para a mãe

Qual é a responsabilidade social do olhar para um filho? É olhar para a sociedade como um todo. Paula Perim, diretora de Comunicação da Fundação, lembrou o provérbio africano que diz que "para criar uma criança é preciso uma vila inteira": — Tem o vizinho que faz parte de rede de apoio, a família, a escola, o hospital, o posto de saúde. E as empresas. Passamos grande parte do tempo trabalhando. Е existe responsabilidade das empresas com os funcionários e a oferta de beneficios. Em vez de ser excluída do mercado de trabalho ao virar mãe, a mulher deveria ser reconhecida nas habilidades que adquire com a maternidade. — Empregar uma mãe significa empregar uma pes soa que está no processo de desenvolvimento de habilidades e competências de alto nível de complexidade de gestão, da rotina, do lar, do cuidado, de solução de conflitos —acrescenta Amaral.

Segundo ele, mãe exausta para cuidar do filho é uma mãe pouco amparada:

— Quantas vezes já viram aquela mãe desesperada na pracinha, com um comportamento do filho que ela não consegue gerenciar? E quantas vezes a gente julga, e não apoia?

Efeito multiplicador e mudança de cultura

Nessa mudança de consciência, as empresas têm um poder multiplicador, que ultrapassa a relação com os funcionários e benefícios.

— Também tem a ver com a influência que elas podem ter nas políticas públicas, de como fazem marketing, falam no tema, se comunicam. E de como elas olham para outras empresas. Existe um leque gigante de atuação — afirma Paula Perim, diretora de Comunicação da Fundação.

A mudança de cultura é essencial nas empresas, assim como gerar empatia para o tema no ambiente de trabalho. Para romper paradigmas sociais, é preciso replicar histórias de sucesso, afirma Guilherme Rhinow, da Johnson&Johnson.

Segundo Veronika Falconer, diretora de RH da farmacêutica Takeda, a abordagem segue um processo:

— Muitas vezes vemos algo (no mercado), mandamos para os diretores, fazemos a provocação, alguém sugere fazer um piloto.

A executiva explica que uma boa medida é celebrar os benefícios na companhia e no mercado. E como calibrara cobrança pelos resultados dos funcionários? Faz parte do papel da empresa gerar ambiente de confiança e alinhar expectativas para que os funcionários entreguem resultados com flexibilidade de horários.

Mariana Luz resumiu o potencial desse investimento, pois o melhor modelo para as empresas éter investimentobaixo, retorno alto e impacto grande.

—Eéissoquea primeira infância oferece. O mundo corporativo precisa ser alavanca para que o tema se impulsione e se traduza em projetos e políticas para essas crianças.

Boas práticas vão de licença estendida a estágio de verão

Empresas buscam soluções para incentivar funcionários e atrair talentos

Embora o caminho ainda seja longo, empresas têm feito o dever de casa e buscado soluções inovadoras para atender pais e mães funcionários. Os exemplos vão desde licença-paternidade estendida a folgas em dia de aniversário dos filhos.

Algumas companhias já adotaram até um programa de estágio, durante o verão, para filhos de funcionários. Esse é o caso da farmacêutica Takeda. Universitários filhos de funcionários podem estagiar nas diversas áreas da companhia durante dois meses: janeiro e fevereiro.

A Takeda também instituiu a folga para seus funcionários no aniversário dos filhos. São iniciativas que se somaram a outras já existentes, como acompanhamento de grávidas e futuros pais com rodas de conversa e orientação com especialistas.

— Isso constrói confiança e aumenta o engajamento. O funcionário não se sente tratado só como profissional. Existe um lado de vê-lo de forma holística também — diz Veronika Falconer, diretora de RH da farmacêutica japonesa.

Segundo ela, o custo dessas ideias é baixo, e o retorno compensa:

"Os bebês se conectam com o nosso esforço, com o estar_ao lado" Alexandre Coimbra Amaral, psicólogo

— Cria reputação e fica mais fácil atrair talentos. Nosso turnover (pedidos de demissão) é baixo.

A mudança de ação passou por um esforço de empatia na Whirlpool, conta a diretora de RH da empresa do ramo de eletrodomésticos, Flávia Caroni.

— Criamos um processo de aprendizado para entender e nos colocarmos no sapato do outro, entender a dor dele — afirma. — Hoje temos horário flexível que permite levar ou buscar o filho na escola. Temos home office duas vezes por semana. E short friday (expediente mais curto às sextas).

Além disso, conta, as unidades da empresa têm sala para lactantes e bercário.

— São ações para permitir e promover essa conexão entre pais e filhos. E ajudamos a sociedade a se desenvolver —afirma Flávia.

Já na Johnson&Johnson, além de cardápio especial para grávidas, workshops e salas de lactantes, a empresa aumentou os benefícios para futuros pais. Eles têm direito a licença estendida por 40 dias, com opção de juntar com férias, em um total de até 86 dias corridos para dedicar ao bebê recémnascido.

— Começamos essa discussão em uma reflexão sobre inclusão. No início, alguns questionavam: "O que vou ficar fazendo em casa?" — conta Guilherme Rhinow, diretor de RH da Johnson&Johnson.

Em 2019, mais de 200 pessoas já se beneficiaram da licença parental expandida.

— E cresce cada vez mais. Existem paradigmas da sociedade que precisam ser quebrados acredita ele.

Olhar a primeira infância foi também a deixa para que outros temas se cruzassem nas empresas: pais adotivos e pais homossexuais, por exemplo. Ampliou-se inclusive o debate sobre outras faixas etárias, como grupos focais de pais criados para discutir depressão em adolescentes.

Incluir toda diversidade é o princípio de um ambiente saudável
diz Flávia Caroni.

"Investir na primeira infância é a forma mais eficaz de reduzir a desigualdade social" _ Daniel Becker, pediatra

Benefícios incluem sala de lactantes, berçários, workshops e horários flexíveis

Desigualdade de oportunidades e educação

TEREZA PEREZ

Avaliar a qualidade de educação tem significado muitas vezes acompanhar as notas dos estudantes em provas. O desempenho de quem frequenta o sistema educacional é importante, mas notas, boas ou ruins, falam não só de quem fez a prova, como também de uma complexa engrenagem que funciona para que 48 milhões de alunos aprendam.

Para iluminar a questão, o Índice de Oportunidades da Educação Brasileira (Ioeb) avalia a qualidade do ecossistema de educação de um determinado território e explicita esforços do poder público e da sociedade civil para que os cidadãos que lá vivem possam se desenvolver. Com isso, amplia a visão sobre a educação para além do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que capta fluxo escolar e proficiência em leitura e matemática.

Os resultados de 2019 (com dados de 2018) indicam um avanço, ainda que tímido, do nível de oportunidades ofertadas. Em uma escala de 1 a 10, a nota dos municípios brasileiros subiu de 4,67 em 2017 para 4,71 em 2019, ano que marca a terceira edição do índice. Ao considerar a trajetória

desde 2015, três em cada quatro (76%) avançaram, 5% estão estáveis e 20% recuaram. O índice está disponível para 4.909 municípios, incluindo capitais, todos os estados e o Distrito Federal (ioeb.org.br).

Com base no modelo estatístico utilizado pelos economistas Reynaldo Fernandes e Fabiana de Felício, que também idealizaram o Ideb, o Ioeb faz um recorte do panorama de oportunidades educacionais ofertadas na educação formal.

É composto de indicadores de insumos (escolaridade dos professores; horas-aula; experiência dos diretores; atendimento na educação infantil) e resultados (Ideb ajustado dos anos iniciais e finais do ensino fundamental e taxa líquida de matrícula do ensino médio).

Um diferencial do Ioeb é incluir crianças e jovens que estão fora da escola, muitas vezes invisíveis em outros índices. Outro avanço é neutralizar a influência da condição socioeconômica das famílias no desempenho escolar. A contribuição do Ioeb está, portanto, em traduzir uma visão sistêmica sobre as condições a serem asseguradas para

que crianças e jovens possam entrar na escola, lá permanecer e ter sucesso da educação infantil ao ensino médio.

Nenhum índice é suficiente para fazer um diagnóstico da educação. O conceito de oportunidade do Ioeb carrega o desejo da equidade, mas é fundamental entender por onde passam as desigualdades. O Indicador de Desigualdades e Aprendizagens (IDeA) aponta a desigualdade de aprendizagem entre grupos sociais, definidos por nível socioeconômico, raça ou gênero.

Ao explicitar distorções, Ideb, Ioeb e IDeA nos provocam a perseguir caminhos para que todos possam usufruir de seus direitos.

Essa empreitada não é só do diretor, do secretário de Educação ou do prefeito. Ao tratar da educação básica como um todo, o Ioeb se revela um ótimo indutor da colaboração, entre escola e família e entre municípios e estados.

Tereza Perez

Presidente da Comunidade Educativa Cedac

RS vive crise na educação com a maior greve de professores

Paula Sperb

PORTO ALEGRE O Rio Grande do Sul foi referência em educação pública, ao construir milhares de escolas na década de 1960—as "brizoletas", homenagem ao ex-governador Leonel Brizola (1922-2004)—, mas hoje a área está em crise, com a maior greve de professores dos últimos tempos.

São ao menos 1.533 escolas em greve no estado, com adesão total de 773 colégios e parcial de 760, segundo o Cpers, o sindicato da categoria. Para a Secretaria da Educação, são 526 escolas comadesão total e 500 de maneira parcial. Mesmo com a diferença, é a maior mobilização já registrada.

Os educadorés estão com salários parcelados há praticamente 50 meses, desde a administração passada, de José Ivo Sartori (MDB). Mesmo sem pagar salários em dia, o governador Eduardo Leite (PSDB) disse que descontará o pagamento dos grevistas.

A secretaria diz que "o pró-

prio STF já reconheceu não haver ilicitude no atraso de salário ocorrido em situações de calamida de financeira, como a que atinge o estado". O Rio Grande do Sul vive grave crise —na educação, são mais professores aposentados (100,5 mil) do que ativos (42 mil).

A ameaça do corte do ponto aumentou a indignação dos servidores, que protestam contra a reforma administrativa. O projeto de Leite, que será votado pelos deputados, altera o plano de carreira.



Leite diz que mudanças são necessárias. Em vídeo publicitário do governo, uma atriz diz que "além de regar, às vezes a gente tem que podar, para a árvore crescer mais forte".

Professores passariam a ganhar o piso nacional, mas deixariam de levar para a aposentadoria as diferenças salariais por comandar escolas, por exemplo. Além disso, os já aposentados terão descontos para custeio da previdência.

As mudanças planejadas têmlevado auma corrida pela aposentadoria. Em um único dia, 205 professores se aposentaram, segundo o Diário Oficial de 14 de novembro.

Em 2019, são 2.003 aposentadorias e 1.556 pedidos em análise, segundo o governo. A procura também está relacionada à reforma da Previdência federal. Leite pediu a aprovação do contrato temporário de 5.020 professores.

"Estão fazendo com que nós mesmos tenhamos que pagar o próprio piso salarial e querem implantar a taxação dos aposentados. Diante disso, deflagramos a greve", disse à Folha Helenir Aguiar Schürer.

Presidente do sindicato, Schürer foi atingida com cassetete na cabeça, na terça, e alvejada por spray de pimenta pela polícia na porta do Palácio Piratini, sede do governo do estado, quando o comando da greve era cumprimentado pelo secretário da Casa Civil, Otomar Vivian. O grupo tentava entregar uma carta a pedindo o cancelamento do projeto.

'Questionamos nada ser feito na Educação'

Parlamentar que fez raio X do MEC diz que Weintraub 'cruzou os braços' e quer mudanças via Legislativo

Breno Pires / BRASÍLIA

Coordenadora da comissão da Câmara que apontou paralisia no planejamento e gestão do Ministério da Economia (MEC), a deputada Tabata Amaral (PDT-SP) considera 2019 um ano perdido na educação do País. Em entrevista ao Estado, a deputada apontou o baixo índice de execução orçamentária como um dos principais problemas da gestão do ministro Abraham Weintraub.

"Faz opções ideológicas todos os dias, diz publicamente que está mais preocupado em perseguir fulano e sicrano do que pensar na educação, e cruza os braços. Parece que não é com ele a situação da educação no Brasil", afirmou. Na entrevista, Tabata defendeu a aprovação de propostas no Congresso para blindar o orçamento do MEC e aumentar os repasses de emendas parlamentares para a área. "Claramente, este ano a gente perdeu. Tem de ficar em cima para tentar reverter o que der."

• O que o diagnóstico no trabalho do MEC feito pela comissão encontrou de mais importante?



Diagnóstico. 'Este ano a gente perdeu. Então tem de ficar em cima para tentar reverter'

A gente não está questionando as questões ideológicas que o MEC coloca. A gente questiona que nada é feito na ponta. Entendemos o contexto fiscal, e até comparamos muito com os governos Michel Temer e Dilma Rousseff. E a gente vê que a execução orçamentária foi muito baixa. Mesmo quando você considera os bloqueios, não se justifica. Tem dois programas de Educação de Jovens e Adultos do governo. Um deles teve execução de

zero e outro de 1%. Qual é a justificativa para isso? Não é o contingenciamento.

Outro exemplo que a gente usa e que para mim é muito emblemático é o do orçamento para investimento, que foi de 4,4% quando se olha até julho. E mesmo comparando com o governo Temer, que foi uma situação muito parecida, chegava em 11%. Na pauta de alfabetização, que o governo elegeu como prioridade,





sempre está se tratando da ideologia da metodologia escolhida. Houve uma preferência por uma ideologia. Tudo bem, a gente pode discordar ou concordar. Mas daí nada foi feito. Não houve nenhuma direção dada para professores, prefeituras, secretários. O próprio Plano Nacional da Educação está sendo completamente ignorado. Não se pode ignorar as metas e colocar coisas novas como escola cívicomilitar, que não tem embasamento em evidências e custa muito caro.

• E o trabalho de Weintraub?

O que eu sinto é que se cruzou os braços, sabe? Em um momento que tem pouco orçamento, você não executa o orçamento que tem. Critica a ideologia que teoricamente baseia a alfabetização no Brasil, mas é incapaz de colocar outra no lugar. Enfim, ele (Weintraub) faz opções ideológicas todos os dias, diz publicamente que está mais preocupado em perseguir fulano e sicrano do que pensar na educação, e cruza os braços.

• Além de blindar o orçamento do MEC de bloqueios, o relatório propõe uma PEC que vincula à Educação 10% das verbas de emendas individuais de parlamentares. O governo tem ido em direção contrária...

Tem resistência, mas acho que cada vez mais a bancada da educação está ficando maior. Política é você tomar decisões difíceis, é fazer escolhas políticas. E a gente quer que a Câmara faça escolhas pela educação.

• Na PEC do Pacto do Federativo, o governo propõe unificar o piso de gastos que a Constituição prevê para saúde e educação. É o contrário do que a comissão está propondo?

Sim. Enfraquece a educação. Quando se coloca educação e saúde no mesmo bolo, é evidente quem vai perder e quem vai ganhar. Nossa população está envelhecendo, os gastos com saúde tendem a aumentar. A gente tem de ajustar, fazer reformas, mas não podemos deixar de acreditar que educação é a saída para o País.

• Sobre ensino superior, o relatório propõe mudar o regime de dedicação exclusiva dos professores e, ao mesmo tempo, aqueles que fizessem trabalhos

para o mercado privado destinariam 10% das receitas à instituição federal. Como funcionaria?

Hoje a gente sabe que tem muitos professores universitários que, ao receber convite de uma consultoria, de algum trabalho, o recebem pela instituição na qual trabalham. A gente entende que é uma solução para esse imbróglio. Nesse caso, faz sentido que uma pequena parte fique com a instituição.

• Existe um calendário para as propostas da comissão?

Com o relatório aprovado na comissão externa que avaliou o trabalho do MEC, vamos apresentar na Comissão de Educação e conversar com o presidente e os integrantes sobre um planejamento de apresentação dos projetos. Se a gente conseguir que a Comissão de Educação abrace e seja autora, incorporando visões, vai ser muito importante, porque tem uma representação bem plural. Em relação ao MEC, a gente vai apresentar para o ministro também e no próximo ano vamos fazer um acompanhamento muito de perto das metas.

Congresso derruba veto, e aluno deverá ter psicólogo

ISABELA PALHARES

O Congresso derrubou ontem o veto integral do presidente Jair Bolsonaro à proposta que garante atendimento por profissionais de psicologia e serviço social a alunos das escolas públicas. Com a decisão, volta a valer texto aprovado em setembro, que prevê atendimento a estudantes de ensino fundamental e médio para melhorar a aprendizagem e relações entre alunos, professores e comunidade.

O texto estabelece a possibilidade de atendimentos em parceria com o Sistema Único de Saúde e determina a atuação de uma equipe para cada rede de ensino (estaduais e municipais). A justificativa da Presidência para o veto inicial era de que a proposta era inconstitucional porque criava

despesas obrigatórias ao Executivo.

A pedagoga Telma Vinha, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), disse que o trabalho desses profissionais pode ajudar em uma série de ações. "O papel não é fazer terapia individual dentro do colégio, mas na melhora dos processos de aprendizado, na articulação da escola com a comunidade, para a formação de professores, ajudar a montar estratégias de mediação de conflito."

Claudia Costin, que foi secretária de Educação do Rio e diretora para Educação do Banco Mundial, disse que a ideia é correta ao propor uma "rede de apoio". "O professor deve e já trabalha para identificar situações, mas há um limite e diversas situações do cotidiano para as quais ele não está preparado."